



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2020

Ata n.º 45

Aos doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de quatro de Novembro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação das atas de 05-08-2020 e 30-09-2020;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da Estratégia Local de Habitação de Albufeira;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Proposta de Ação 2020/2021 da Via Algarviana"; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril, referente à "Proposta de Acordo Dominial, para integração do troço de estrada da EN395 entre o Km 57,100 e o Km 57,270 no domínio público rodoviário municipal de Albufeira e posterior assinatura do respetivo Acordo de Mutação Dominial";-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Algarve-Programação Cultural em Rede" - Aviso - ALG-14-2020-15; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "PR4- Planalto do Escarpão: Itinerário Moinho do Cotovio e outros pontos de interpretação do Geoparque Algarvensis no território de Albufeira" integrada na operação READY - Recursos Endógenos e Desenvolvimento do Turismo Ativo - Aviso - ALG-28-2020-12; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à consulta prévia para "Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários, em Postos de Abastecimento Públicos e a Granel, em Portugal Continental e Remodelação do Posto de Abastecimento", pelo preço base de 1.505.600,00€ + IVA; -----



PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Plano de Actividades de Educação Ambiental 2020/2021, pelo valor de 34.500,00€; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Bertílio da Conceição Cevadinha Matias (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

Faltas: Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Renato Pimenta, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Bertílio Matias, Raquel Reis, Cândido Reigado, Rui Gago e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. --
Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Ana Vidigal: "Boa noite a todos, os meus cumprimentos à mesa, cumprimentos a todos os presentes, Senhores Deputados municipais, Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores vereadores e público em geral, Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Assembleia Municipal, hoje de facto é um dia de luto nacional, aqui fica



a minha homenagem ao Senhor Arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles, que muito fez por todos nós e também congratular com as melhoras do Senhor deputado municipal Dr. Fernando Cabrita, desejando que essa recuperação e essas melhoras continuem. Queria com esta intervenção referir alguns pontos, o meu agradecimento por aquilo que a Câmara Municipal de Albufeira tem vindo a desenvolver no sentido de tomar medidas que são de facto muito importantes para o município, em complemento àquelas que estão a ser determinadas pelo Governo. Queria referir que independentemente de todas as circunstâncias, neste momento, essas medidas mostram-se insuficientes face a todos os números, mas sobretudo àquilo que as pessoas, as famílias e as empresas neste momento estão a sofrer e que neste momento é conhecido de todas as pessoas que aqui estão e de muito mais que aqui não estão. Devo dizer que, a Câmara através da Proteção Civil tem desenvolvido um trabalho extremamente importante. Ainda ontem vi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia com os serviços municipais de Proteção Civil e a GNR a fazerem uma acção muito importante e que sei que é replicada em todas as freguesias. Portanto, também aqui os Senhores Presidentes de Junta estão todos a fazer o seu melhor, assim como a Câmara, mas neste momento há um apelo que tem de ser feito. Independentemente de todas as conotações políticas e independentemente daquilo que nos possa separar em termos de espírito ou ideologias políticas, este é um momento de união. É um momento de união, em que todos teremos que contribuir para socorrer e salvar as pessoas e salvar a nossa terra. Digo isto não com ar catastrófico, mas sim com um sentido construtivo e de disponibilidade para todos em conjunto, com os cidadãos podermos dar as mãos e encontrar as melhores soluções para a nossa terra. Neste sentido, gostaria de propor ao Senhor Presidente, caso assim o entenda como conveniente, auscultar não só o seu executivo, como é natural, não só os Membros e Senhores Deputados da Assembleia Municipal, mas representantes de todas as forças políticas, movimentos independentes, e plataformas cívicas que andando no terreno terão com certeza em complemento àquilo que os Senhores já sabem e vivem todos os dias poder acrescentar mais alguma valia àquilo que já é do vosso conhecimento. Gostaria, por outro lado, tendo em conta que existem determinados setores na nossa sociedade, determinadas pessoas e famílias e até empresas que não estão neste momento com capacidade para vir junto de quem tem a possibilidade de decidir e tomar medidas, dar nota do seu sofrimento e das suas necessidades, seria importante, que para além daquela linha de emergência que já está



criada e bem, possa vir a ser implementada também uma linha de emergência, vinte e quatro horas por dia, sigilosa, em que as pessoas possam ser escutadas e portanto, possam falar sem receio da sua situação poder ser divulgada, mas sim por e simplesmente que possam ter um momento de partilha e um momento de contacto mais próximo com alguém que está do outro lado da linha. Nestas circunstâncias sugeria que fosse criada uma linha de emergência escuto ativa em que de facto, do lado de lá estivessem pessoas, com conhecimento técnico e profundo, capazes de ouvir, escutar e caso haja necessidade de encaminhar, seja encaminhado, se não houver necessidade de encaminhar ou a pessoa não queira, então isso ficará dentro da esfera de cada um. Mas que haja a possibilidade vinte e quatro horas por dia haver alguém que escute e alguém que dê uma mão, mesmo que à distancia. Ficaria então, aqui essa sugestão. Gostava que de facto, todos nós pudéssemos, num trabalho em rede, poder fazer mais um pouco, por quem neste momento necessita mais. Gostava de fazer aqui um apelo, não se encontra neste momento aqui nenhum representante de associação juvenil, mas gostaria de facto também dar um agradecimento aos jovens, porque tenho acompanhado o trabalho que tem sido desenvolvido e os rostos que efetivamente têm representado no auxílio às pessoas, mas gostaria que também eles fossem chamados para esse conselho, vamos dizer, cívico ou de cidadania, caso o Senhor Presidente o entenda, para também aí poderem dar o seu contributo, tendo em conta que eles serão efetivamente agentes, também vamos dizer, agentes do bem. Portanto, com uma capacidade, com uma energia, com uma vontade, com uma força para intervir. É nesta medida que, eu, gostava e mais uma vez fazer o apelo, que neste momento, o que todos nós precisamos mesmo para Albufeira é de darmos todos as mãos e nos unirmos. Era só isto que tinha para dizer, agradecendo mais uma vez a quem está na linha da frente, aos profissionais de saúde e a quem está também na retaguarda e a todas as instituições que neste momento estão a dar a mão a quem mais precisa. Já agora fazer também uma pergunta que é, em termos de apoio a essas instituições de solidariedade social ou a outras associações que não sendo IPSS, mas que estão a fazer e a dar um contributo muito grande a nível social, quais são as medidas que estão previstas implementar para aumentar a capacidade de chegar a quem mais necessita? Também, deixar aqui uma sugestão, toda a monitorização dos números de pessoas com Covid, ou da situação actual do concelho, que haja uma monitorização, que a comunicação não seja só em termos de números que existem, porque essa comunicação nós temos esses



números através da DGS, portanto, que seja uma comunicação permanente, assertiva, sistemática e só assim se conseguirá gerar confiança e segurança na população de Albufeira."-----

António Fonseca: "Senhor Presidente e Senhores Deputados, muito boa noite, a todos que estão aqui presentes. Eu queria expor um problema que tenho averiguado já há várias vezes, não venho aqui para criticar, venho aqui para dizer o que vejo que não está bem e ajudar, se for preciso, para que as coisas possam melhorar. Antes de entrar em Paderne, em frente à bomba de gasolina no Purgatório, quando as pessoas vêm do lado das Ferreiras chegam ali ao Stop e não podem ir para a bomba de gasolina. Está uma linha branca e a maior parte das pessoas não sabem que têm ir dentro de Paderne, dar uma volta, vir para trás para entrar na bomba de gasolina. Acontece que, e eu já fui testemunha várias vezes, é rara a semana que não há ali acidentes, não são graves mas é chato, mas um dia pode haver ali um problema grave, com feridos graves ou mortes. Ali há um problema que é preciso resolver, acho eu, e pedia ao Senhor Presidente para fazer um estudo, talvez ali uma rotunda seria o ideal e talvez outra rotunda antes, em frente do restaurante, porque está ali um bocadinho de jardim e quando as plantas estão altas, a gente não vê quem vem do lado direito, do lado de Messines. Temos de entrar dentro da estrada para ver se vem ou não vem alguém, isso também é um grande perigo. Aí acho que se poderia fazer uma pequena rotunda e ao mesmo tempo criar estacionamento para os carros, porque ali não há nada. Dentro de Paderne, uma coisa formidável, foi bem estudado, há passeios, há estacionamento para os carros, para as pessoas que querem ir beber um café ou almoçar, mas naquele sítio não há nada. As pessoas estacionam como podem, mas é muito perigoso. Na continuação da pergunta que fiz ao Senhor Presidente na última vez, alargar a ponte, segundo informação, os pilares não têm estrutura suficiente para aguentar a duplicação da ponte. Portanto, aí há duas soluções, ou bem que se faz outros pilares ao lado, ou então faz-se uma nova ponte. Temos a sorte que tanto antes como depois da ponte são terrenos que não há construção, portanto, há sempre uma solução para poder avançar com uma nova ponte e talvez fazer uma estrada como também já pedi ao Senhor presidente, que vá direto aos viveiros, para evitar que passem no centro da aldeia. Outra coisa que queria sugerir ao Senhor Presidente, se for possível, quando se passa a ponte, do lado esquerdo, estão aí terrenos, há um primeiro onde estão oliveiras, junto à ribeira e depois o segundo é uma vinha, que era uma grande vinha antigamente



e está abandonada, tem ervas até dois metros de altura, que ninguém se ocupa daquilo. Achava bem que a Câmara, se o proprietário não se quer ocupar com aquilo, que a Câmara comprasse aquilo, mais tarde podia-se fazer talvez uma piscina natural, como em Alte, porque ali também era preciso para a nossa rapaziada e talvez outras actividades, como por exemplo o tiro ao arco, para ocupar a nossa juventude e ao mesmo tempo, uma coisa que me interessa pessoalmente, está lá uma azenha e essa azenha devia ser guardada para o roteiro mais tarde, se for possível, ao nível turístico. Digo isto de criar actividades porque isso devia ser um problema da Junta de Freguesia, o Senhor presidente é que se ocuparia, com a sua equipa, de programar isso. A juventude hoje não tem actividades lá em Paderne, então o que é que fazem? De noite andam a pintar tudo, os contentores, as paredes, as casas e até o centro de saúde. Portanto acho que deveríamos pôr um travão, eles não têm nada que fazer então fazem mal. Dando uma actividade a essa rapaziada acho que seria bom. Vivi em França muitos anos, esse fenómeno era o mesmo fenómeno que encontrei lá, onde morava, o que é que o Presidente fez? Decidiram dar uns muros enquadrados pelo Presidente da Câmara e das pessoas adquiridas a esse sistema de pintura e ensinar essa juventude a pintar certos muros com tema bem definido pela Câmara. Assim talvez abrandassem um bocadinho e não fizessem essas coisas que ficam mal em todo o lado.”-----

António Rocha: “Boa noite a todos os presentes, tive conhecimento de que alguém tinha interposto uma acção judicial contra a Câmara por a Câmara ter assumido o Caminho do Milhafre, no Cerro da Águia, como público. O que eu pretendia saber é se por acaso já há alguma decisão judicial sobre isso.”-----

Presidente da Câmara: “Quanto à Dra. Ana Vidigal agradeço as sugestões que aqui deixou, no entanto quero lembrar que temos uma linha em que é atendida por uma psicóloga que depois faz o encaminhamento e em alguns aspectos não faz encaminhamento e ela no fundo, recebe chamadas ou atende pessoas vinte e quatro horas por dia. É só as pessoas quererem falar e ela certamente atenderá. Depois, falou na questão dos jovens e do trabalho em rede sobre vários aspectos, acho isso muito importante, e acho extraordinariamente interessante, até porque quando se fala que isto está muito mau, é uma verdade, está muito mal, vai ficar ainda muito mau, mas nós não estamos com as lamúrias e ficando eternamente dizendo que vai ficar mal. Temos é que todos, em conjunto, isso não tenho dúvida nenhuma, independentemente seja ele político ou não, deveremos de alguma forma ser também vigilantes com pessoas que



muitas vezes envergonhadamente não conseguem apresentar-se como pessoas carenciadas e muitas vezes a chamada, conforme o povo costuma dizer, a fome escondida. Se nós, muitas vezes detectamos situações é importante identifica-las, é importante transmitir a posição que é à acção social da Câmara porque os técnicos fazem visitas, através da assistente social. Ainda há dias eu próprio detectei uma pessoa que foi logo atendida no dia a seguir, foi feita uma visita social e a situação está muito mais acompanhada. Não está regularizada, claro que não, não é fácil regularizar muitas vezes aqui, às vezes até só uma palavra de carinho e de aconchego que propriamente outra coisa, ou então de um encaminhamento para entidades que possam resolver os problemas. Muitas vezes nem é a solução, o encaminhamento é importantíssimo. Acho que tem toda a razão, que isso seja cada vez mais reforçado e cada vez mais proactivo e eficaz. Depois o Senhor Fonseca, de Paderne, falou na questão da bomba de gasolina. Vou mandar ver isso, eu também passo lá muitas vezes e vejo precisamente isso. Haver uma rotunda ali, já lancei esse repto, mas ali o espaço não é muito. Seria a primeira rotunda em Paderne, nunca é tarde para isso acontecer. Relativamente à horta ou espaço de vinha que está cheio de erva, junto à fonte, é uma questão de ser ver, claro que tudo isso tem de ser analisado e tem que ser visto, porque comprar uma coisa para depois não ser usado não. Tem de ser realmente utilizado, com algumas actividades. Fica a sugestão, bem como o alargamento da ponte. A ponte rodoviária não é possível alargar daquela forma sem haver um reforço dos pilares porque não aguentam, mas de qualquer das maneiras, há sempre a possibilidade de acrescentar para o lado uma outra ponte, a ver vamos. Relativamente à questão do Senhor António Rocha, em relação ao Caminho do Milhafre, sei que há uma acção em tribunal, mas não sei exactamente a forma como está, mas posso ficar com o seu número de telefone e depois transmito-lhe, provavelmente amanhã já lhe digo."-----
Presidente da Assembleia: "Atendendo que tivemos a indicação do dia de luto nacional, atendendo que faleceu o Senhor Arquitecto Gonçalo Pereira Ribeiro de Telles que é inegavelmente ligado à política nacional e alguém que esteve ligado efectivamente às questões não só ambientais, mas também à vida política nacional. Tem sido praxe nesta Assembleia Municipal, fazemos essa homenagem numa forma simples, com um minuto de silêncio."-----



Fez-se um minuto de silêncio. -----
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----
Cândido Reigado: "Boa noite a todos, em primeiro lugar quero cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e todos os Membros desta Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e a todas as pessoas aqui presentes. O troço da estrada que vai das Ferreiras até à torre está sem marcação, ou tem uma pequena marcação no chão, e torna-se difícil a circulação, principalmente à noite, naquele troço de estrada. Outro aspeto é, todos nós sabemos que estamos numa situação muito grave em relação à pandemia, as pessoas têm de recorrer ao Centro de Saúde, ficam em fila cá fora, porque não podem entrar para dentro, como é evidente, a não ser quando chega a altura deles. Estamos a caminhar para o inverno e se chover, as pessoas estão sujeitas a ficar ali expostas à chuva. Evidente que isso será da responsabilidade do Ministério da Saúde, mas será que a Câmara Municipal não pode pelo menos fazer alguma coisa, uma cobertura, no sentido de atenuar esse problema? Estes eram os dois aspetos que queria referir. Já agora quero deixar aqui uma saudação a todos os médicos, enfermeiros e todos os restantes trabalhadores, que estão na linha da frente, no combate a esta pandemia."-----

Ana Ramos: "Boa noite a todos, tenho quatro questões, a primeira tem a ver com o Festival Summer Fest, no verão, que o Senhor Presidente ficou de dizer ou fazer um apuramento, levantamento estatístico da adesão do público a nível de visualizações e da promoção e do impacto que teve e até à presente data não sei se o Senhor Presidente já terá alguns números relativamente a isso. A minha segunda questão prende-se com o funcionamento da Câmara no seu dia-a-dia, no seu quotidiano, para coisas tão simples como atendimento, resposta a emails, obtenção de certidões, aquilo que no fundo é necessário nos negócios, sobretudo num concelho que vive muito do urbanismo e do investimento, no sentido de que já se passaram oito meses desde o início da pandemia e continua a ser bastante complicado aceder, o simples acto de aceder à Câmara, de conseguir que nos atendam o telefone, conseguir agendar uma reunião, seja com os técnicos seja com quem for, obter um documento, conseguir que



nos respondam a emails. À porta da Câmara, muitas vezes estão uma série de pessoas para serem atendidas, naturalmente estão a aguardar pela sua marcação, penso eu, mas tem sido complicado, também falo por mim, a nível profissional. Pergunto o que é que tem sido feito pelo executivo no sentido de colmatar e atenuar estes constrangimentos que têm sido muitos e que não são benéficos para quem vive no concelho e para quem trabalha no concelho e até para a própria imagem do concelho. A minha terceira questão prende-se com a questão do fundo de emergência para a Covid, que tem sido um fundo que naturalmente tem ajudado a bastante gente e bem, deve continuar a fazê-lo. A minha pergunta é no sentido de face ao inverno que se avizinha, que será certamente um inverno muito difícil, para todos, se existem e face também agora ao facto de estarmos nos concelhos de risco, se existem medidas adicionais para este fundo? Alguma estratégia no sentido de apoiar e de dinamizar e de criar algum impulso na economia do concelho e no comércio local? O mesmo relativamente à taxa de desemprego no concelho que é galopante, certamente então nesta fase ainda mais, se o concelho tem alguma estratégia, algumas medidas adicionais para fazer face a estes meses que aí vêm?”-----

Francisco Oliveira: “Boa noite Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadores, colegas Deputados e demais presentes, antes de mais gostaria de deixar aqui uma nota, que me foi transmitida pelo nosso colega Deputado, Fernando Cabrita, que muito agradece a atenção e a disponibilidade que muitos dos colegas Deputados e outras pessoas que faziam parte, quer da Câmara Municipal quer não, demonstraram durante a situação que tem vindo a ocorrer. Devo informar que ele neste momento já saiu do hospital, está neste momento numa instituição de cuidados continuados e que irá ficar durante algum tempo, portanto agradece imenso. Devo referir a dedicação que o Fernando Cabrita tem demonstrado, porque ele todas as semanas me telefona perguntando se há Assembleia Municipal e para eu dar indicação que ele não pode vir. Portanto, é de facto de uma dedicação, emociona-me porque de facto é alguém que me toca de sobremaneira. Passando às questões que nos dizem respeito e dizem respeito a esta Assembleia e ao município, todos sabemos que o inverno se avizinha, não há necessidade de mexermos mais na ferida, mas Albufeira é sem dúvida alguma um concelho com um problema acrescido, porque na verdade a monocultura do turismo é uma coisa que não podemos escamotear. E o encerramento quer dos restaurantes quer dos hotéis trás um duplo problema. E o duplo problema tem a ver não só com o



problema do tecido económico e da rede que efetivamente está subjacente à população, quer aos empresários, quer aos trabalhadores, mas não esqueçamos que muitos desses trabalhadores dependiam muitas vezes das refeições que consumiam nos restaurantes e muitas vezes alguns também, aproveitavam o alojamento que o hotel lhes permitia ter. Com o encerramento, quer dos restaurantes, quer dos hotéis vamos ter o problema agravado. Nesse sentido, tenho falado com algumas instituições do Algarve, nomeadamente o IEFP e mesmo a Segurança Social, que me têm dado boa nota daquilo que tem sido a coordenação que têm feito com as Câmaras Municipais e o apoio que as Câmaras Municipais têm dado a muitas das iniciativas destas instituições. Portanto, parece-me que essa colaboração, essa cooperação é já uma realidade. No entanto, há de facto uma área que vai alastrar, infelizmente, já se tem verificado e que tem a ver com o apoio às refeições, à possibilidade de as famílias e as pessoas poderem, eventualmente terem a sua refeição e poderem ter a sua alimentação. Nesse sentido, a proposta ou sugestão que eu faria é a possibilidade de a Câmara Municipal poder alargar aquilo que são as Cantinas Municipais e a forma de poder providenciar junto da população mais carente as necessidades de alimentação. Face a outras questões, devo dizer que, a verdade é que muitas das questões que se avizinham estão a tentar ser tratadas, e digo estão a tentar porque trata-se de uma situação complexa. Hoje em dia temos uma perspetiva e uma previsão daquilo que será o que pode ocorrer dentro de um mês ou dois, mas continuamente estamos a mudar a linha, continuamente estamos a mudar a estratégia. De fato não é fácil navegar nestas águas, não é fácil navegar em águas para as quais não temos uma estratégia definida e objectiva e que navegamos de certa maneira um pouco à bolina e em função daquilo que são as circunstâncias. As notícias de que eventualmente possa aparecer uma vacina, ou um medicamento que possa estancar a pandemia, são realmente encorajadoras, mas não podemos descansar, nem podemos baixar os braços nesse sentido. Portanto, o alerta que faria era o da continuação desta colaboração com as várias instituições, com a AMAL, porque a AMAL tem feito também um trabalho muito importante no sentido de coordenar os vários municípios. É deixar uma nota de esperança e uma nota de que tudo está a ser feito, na medida do possível, há que pensar que infelizmente, com a pandemia nós temos menos receitas e vamos ter mais despesas e portanto há sempre a dificuldade de conseguir estender a todo o lado e a todas as necessidades, mas tudo



aquilo que possa ser feito está efetivamente a ser considerado e nesse sentido, apelando de fato à cooperação e à colaboração de todos."-----

Presidente da Câmara: "O Senhor Reigado apontou dois aspetos, nomeadamente um deles sobre o troço da estrada que está sem pintura, mas já está agendada a pintura. Nos próximos dias, a empresa tem andado aí a pintar e um destes dias aparecerá com esses riscos brancos. Relativamente à questão do centro de Saúde, como sabe ainda não é uma situação que seja em pleno responsabilidade do município, está em vias disso, mas ainda não é. No entanto, temos prevista essa cobertura precisamente para evitar a questão, ou para minorar a questão caso chovam, que era bom que chovesse. Neste momento está a ser instalado um contentor, precisamente para a questão de saúde familiar e para libertar mais espaço para a assistência ao Covid. Isto, solicitações do Centro de Saúde. Quem está a pagar aquele contentor é o município, tal e qual como já pagou outros que estão lá instalados neste momento. E estamos a desenvolver esforços para que no próximo ano tenhamos umas instalações, ou início do projecto, para umas instalações mais novas. Estive na passada semana uma reunião com os Membros da ARS, o Presidente e alguns vogais e tudo isso irá ser melhorado, no sentido de toda aquela quantidade de contentores sair de lá ou ficar noutra qualquer, e ter um Centro de Saúde digno desse nome e digno para a cidade de Albufeira. A Ana, peço desculpa, não tenho aqui o apuramento, mas vou trazê-lo, já meti aqui uma nota realçada para ver se consigo trazer isso, não me vou esquecer e para a próxima cá terei isso. O funcionamento da Câmara, o atendimento, a questão do urbanismo, a questão do investimento imobiliário, penso que ultimamente teve algumas alturas e situações que funcionaram menos bem, ou mal até melhor dizendo, mas ultimamente penso que tem havido uma melhoria, pode parecer um pouco diminuta, claro que não é o suficiente, vamos tentando, quer com reforço de recursos humanos, quer com a alteração de modalidades e modelos de atendimento, com certeza que vamos melhorar. Fica a nota. Relativamente à questão do Fundo de Emergência, já ajudou imensas pessoas, ainda ontem reuni com a AHRESP, a nível nacional e com o delegado da AHRESP a nível local, o Dr. Cristóvão Lopes, no sentido de, em parceria e de tratarmos da questão, que é uma questão muito actual e muito presente, a questão da restauração e não só, do comércio em geral. Dadas estas contingências que, ainda por cima com, os municípios de alto risco têm mais dificuldades dado os horários a praticar e dado o recolher obrigatório que vai ser instituído a partir de segunda-feira e já está



instituído noutros concelhos. Relativamente ao Francisco Oliveira, desejo também boas melhoras ao nosso colega Fernando Cabrita, que ele se recomponha o mais depressa possível e que regresse à nossa companhia. Albufeira é sempre um problema aguçado, cada vez está pior, porque a monocultura, como disse, é extremamente dependente do turismo, e o turismo são movimentos de pessoas, faltando esses movimentos falta praticamente tudo e aí, obviamente que se torna extremamente difícil. Temos tido grandes colaborações, das nossas IPSS. Uma palavra de reconhecimento por tudo aquilo que têm feito e tudo aquilo que têm feito em parceria com o município, no sentido de apoio aos mais carenciados e também a todas as estruturas com quem tenho contactado, ainda a semana passada fiz uma reunião com o Dr. Madalena Feu e com a Dra Sandra Azenhas, no sentido de, em parceria com eles próprios, nós, Câmara Municipal cedermos algumas necessidades que eles próprios têm, que também têm muitas, claro, e nós irmos beber, em termos colaborativos, de alguns programas que o Instituto de Emprego implementa no terreno. Não resolve o problema todo, mas poderá eventualmente ajudar, nas formações. Estamos a usar muita gente nos focos, aquilo como disse é verdade, um trabalhador do concelho de Albufeira e relacionado diretamente com o turismo não é apenas o ordenado, o salário, mas é também uma refeição que ele comia no próprio estabelecimento onde trabalhava, é também as gratificações que recebia e deixou de receber isso tudo, portanto é mais grave que aquilo que a gente às vezes possa imaginar que seja. Evidentemente que esta incerteza, esta imprevisibilidade é sempre difícil de perceber o que é que irá acontecer amanhã, porque realmente não é bom estramos constantemente de estratégia. Nós e não só, o próprio Governo, sei que não é fácil alterar ou decidir situações deste tipo, evidentemente que não, mas de qualquer das maneiras temos que sentir, por exemplo agora, esta situação deste Estado de Emergência nos concelhos considerados de risco, isto é apenas uma fórmula matemática, que no fundo é a frieza dos números, mas o que é certo é que é uma regra, é discutível se deve ser aplicada essa regra ou outra qualquer, no entanto é aquela que é aplicada, penso eu que até a nível europeu. Evidentemente que há injustiças aqui criadas, no concelho de Albufeira e só hoje é que soube e isso é outra coisa que tem corrido muito mal, é a questão da divulgação dos números por parte das estruturas, quer da Proteção Civil, quer da Saúde a nível regional e não só, ouve-se também na televisão, outros atores do país fora, também têm manifestado algum desagrado com isso. Só hoje é que soubemos, a nível de uma



reunião que tivemos há pouco com o Senhor Secretário de Estado, Jorge Botelho, que é o coordenador nesta área do Covid, onde estava também o Presidente da ARS, a Diretora Regional de Segurança Social, Senhora Delegada Regional de Saúde, Dra. Ana Cristina. Só hoje é que soube dos números, que a base com que o cálculo é feito é estimativa a dois mil e dezanove, dado pelo Instituto Nacional de Estatística e não o número de habitantes dos Censos de dois mil e onze. Isso já devia ter sido dito há muito tempo, para que cada um soubesse aquilo que se faz, para que cada concelho soubesse como as coisas funcionam, porque não sabendo, como é que íamos transportar números, ou transferir números para a população em geral, se nós próprios recebemos dois números completamente diferentes. Por exemplo, ontem tínhamos numa remessa de números, vindo de uma determinada entidade, cento e vinte e nove ativos e numa outra tínhamos setenta e três. Portanto, estão a ver aqui a diferença, de setenta e três para cento e vinte e nove. Chamei a atenção e sugeri que se houvesse uma uniformização, uma sistematização da procura dos números, da recolha das fontes dos números, da forma, do modelo de construção destes números e na forma de transmissão de números, que é para haver mais alguma transparência. A partir de ontem começamos a divulgar os números, mas também é só à medida que eles vão chegando, porque se eles não chegarem. Um dia não se admirem que não esteja lá números nenhuns, pode acontecer nesse dia a gente não receber números. Isto tem sido um bocado inconstante, sou tolerante e entendo as dificuldades que as pessoas têm, ou que as entidades têm em estar de alguma forma, atentas a isto tudo, porque tem sido muitos problemas, é verdade, a todos os níveis. Evidentemente que a questão da saúde e das camas de cuidados intensivos é a parte mais dramática, porque quando isto começar a entrar em pressão e em exagero de pessoas comparativamente com o número de camas, então aí é que estamos na desgraça. Esperemos que isso nunca venha a acontecer, vamos ter que ter alguma esperança, que também faz falta. Não podemos viver só com esperança, também temos de ir fazendo alguma coisa. Não estamos no bom caminho, estamos no mau caminho, mas também não podemos fazer muito sem a responsabilidade de todos individualmente e colectivamente, cada um de nós ter essa mesma responsabilidade, porque evidentemente que há de haver aqui custos enormes, para muitas pessoas, para muitas empresas, para muitos empregados, porque isto é dramático."-----



Segunda Secretária - Maria Emília Sousa: "Senhor Presidente, pegando aqui um pouco nas palavras do Senhor Reigado, creio que ficou aqui algo, ou seja, o Senhor Reigado transmitiu algo que já me foi transmitido há um tempo atrás relativamente ao Centro de Saúde de Albufeira. Prende-se essencialmente com a espera das pessoas à porta do Centro de Saúde para entrar para consultas, e que acho, segundo me informaram, foi feito um pedido à Câmara Municipal no sentido de minimizar, digamos, aquele espaço, porque chove, as pessoas estão na rua à espera. Se haveria a possibilidade de criar um toldo que pudesse cobrir, até a porta da entrada, para que as pessoas pudessem estar à espera. Porque, segundo sei, segundo me transmitiram, as pessoas têm de entrar uma de cada vez e aglomeram-se à entrada do Centro de Saúde. Nos dias de chuva torna-se um pouco, digamos, desconfortável para aquelas pessoas que estão ali à espera, aglomeram-se umas em cima das outras porque não têm espaço suficiente e cobertura suficiente para poder esperar pela sua vez no Centro de Saúde. Se haveria uma possibilidade. Creio que foi esse o pedido, se havia possibilidade de fazer uma cobertura à entrada do Centro de Saúde para minimizar, digamos, essas pessoas de terem de estar à espera à chuva. Creio que foi isso basicamente que o Senhor Reigado também quis transmitir e que também me chegou essa informação que tinha sido feito esse pedido à câmara Municipal. Era só isso". -----

Ana Ramos: "Senhor Presidente agradeço a resposta e os esclarecimentos mas não me levará a mal se disser que fiquei um bocadinho na mesma e penso que os meus colegas aqui presentes e os munícipes também que irão certamente ver a ata ou ler a ata e os que estão a visualizar pelo YouTube também deverão ter ficado. Relativamente à questão que eu fiz do funcionamento, o Senhor Presidente respondeu e disse que havia um incremento de recursos humanos e até uma alteração ou uma tentativa de melhoramento nos modelos de atendimento ou nos modelos de gestão do atendimento. Gostaria se fosse possível do Senhor Presidente concretizasse um pouco mais o que é que quis dizer com isso. Relativamente às medidas adicionais, ao que aí vem, ao inverno, à questão do fundo de emergência, à questão do desemprego, gostaria também que o Senhor Presidente concretizasse um pouco mais que medidas são essas, se existem para além da AHRESP ou da reunião que teve, que referiu que teve, o que é que resultou, enfim, para ficarmos um bocadinho todos mais informados e termos noção de



que o concelho está ou que o executivo está a prevenir e não apenas a reagir e se podemos estar confiantes nos meses que aí vêm. Obrigada". -----

Senhor Presidente: "Respondendo aqui à Emília, pois escusado será dizer e vou repetir, não se devia estar aqui a repetir, a perder tempo. O Centro de Saúde não é da responsabilidade do Município. Foram feitas já imensas coisas no Centro de Saúde pelo Município apesar disso tudo. Acabei de dizer há pouco como resposta ao Senhor Reigado, para além do contentor que está a ser lá instalado neste momento por custos do Município e organizado pelos técnicos do Município, acabei de dizer que estava previsto a cobertura precisamente para colmatar a questão da chuva, até disse que era bom que chovesse. Portanto isso está respondido, penso, pois estarmos aqui a repetir a mesma coisa penso que não é muito útil. Relativamente à Ana Ramos, pois, isso medidas concretas evidentemente que estamos, tivemos uma reunião, refletimos, temos dados para refletir sobre várias coisas em termos da parceria, em termos com a restauração, temos umas ideias já mais ou menos formadas e a seu tempo pois saberão quais são os apoios a dar precisamente aos homens dos restaurantes, do comércio em geral e outros eventualmente que possam surgir. Quer através da AHRESP a nível local quer através da Câmara diretamente ou de outra forma qualquer. Portanto gora, não tenho aqui ainda nenhuma solução aqui mágica, uma varinha mágica para resolver isso tudo. Evidentemente que era bom que o nosso Governo também o tivesse e também não o tem, em fim é vida, a ver vamos o que é que vai aparecer. Dentro da próxima semana já haverá mais alguma coisa em concreto que poderei depois com certeza informar. Mas vai haver coisas mais concretas obviamente. Obviamente que ainda não tenho essa concretização, a reunião foi ontem, portanto estamos agora a refletir sobre algumas coisas que falamos, quer a AHRESP, quer a Câmara Municipal, e para a semana depois teremos já mais dados concretos". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 05-08-2020 e 30-09-2020; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 05-08-2020:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Vera Belchior, Bertílio Matias, Raquel Reis, Cândido Reigado e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, pelo que não votaram.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 30-09-2020:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Vera Belchior, Rui Gago, Bertílio Matias, Cândido Reigado e Presidente da Junta de Albufeira e Olhos de Água, pelo que não votaram.-----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da Estratégia Local de Habitação de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, eu fiz uma leitura deste plano, plano este que decorre daquilo que ela é habilitada, mas que efetivamente os Municípios de facto elaborem um plano de habitação e de políticas de habitação. E de facto, lendo o plano em causa e lendo até aqui a introdução, eu ressaltou-me aqui uma ideia que me parece um bocadinho "naïf", no entanto era nesse sentido que gostaria de alertar a Câmara de Albufeira para o facto. Diz este documento o seguinte: *"Importa agora gerar em Albufeira por parte dos promotores imobiliários uma dinâmica para investimento em habitação aumentando o volume da oferta a ponto de provocar uma tendência para a diminuição dos preços"*. Eu, parece-me esta ideia um bocadinho "naïf", e desculpem realmente quem elaborou o documento, porque sabemos nós, que o mercado imobiliário em Albufeira é de facto um dos motores e um dos geradores do lucro que efetivamente os particulares, as empresas vão tendo. Parecer-me-ia talvez mais adequado, independentemente de algumas das medidas aqui indicadas, talvez uma prestativa de a Associação com o IRU e a possibilidade de assinar algum protocolo ou eventualmente ter algum financiamento para a construção de habitação a custos mais reduzidos e que possam proporcionar efetivamente o alojamento às famílias que dele necessitam. Nós sabemos que o custo da habitação em Albufeira é extremamente elevado, não é só para aqueles que cá residem mas também para aqueles que no Verão normalmente vêm para trabalhar, quer nos restaurantes quer nos hotéis, e que necessita efetivamente de alojamento. Temos no Algarve e em particular em Albufeira, mas no Algarve, o problema do alojamento é de facto complexo levando mesmo à dificuldade de contratação de médicos, até de pessoal de outras áreas para se fixarem, para fixarem as suas famílias aqui no Algarve. Nesse sentido de facto deixaria o repto para que a Câmara Municipal pudesse encetar contactos com estas entidades, nomeadamente com o IRU, à semelhança do que por exemplo aconteceu com Loulé para a construção dos fogos. Eu reparei que este plano regista cerca de duzentas e oitenta e seis famílias que estão neste momento necessitadas de habitação, e portanto também bem sabemos que há muitos anos que não é feito quaisquer investimentos em termos da habitação para custos médios ou custos mais ou menos razoáveis. E portanto deixaria para além daquilo que possam ser as ideias, tentar mudar a mentalidade dos promotores imobiliários. De facto a Câmara Municipal, o executivo avançar com uma política efetiva de construção de custos para habitação a custos razoáveis. Muito obrigado". -----



Presidente da Câmara: "Só para fazer lembrar que nós temos feito notícia, feito nota dos investimentos que estão previstos a nível de Paderne, Fontainhas, Caliços, Samora Barros, portanto um conjunto de frações habitacionais que vão permitir uma pequena melhoria. Depois peço à Doutora Ana Pífaró que faça aqui uma intervenção relacionada com esta parte que tem a ver com a Habitação Social". -----

Vice-Presidente: "Boa noite a todos. Relativamente àquilo que foi a intervenção do Deputado Francisco Oliveira, gostaria de esclarecer que a Estratégia Local de Habitação vem na sequência daquilo que foi criado pelo governo, que se chama o "Primeiro Direito", ou seja o "Direito à Habitação", e que cria através do IRU uma série de possibilidades, quer para entidades públicas, quer para IPSS`S, quer para os particulares, de se poderem candidatar a essas possibilidades que o IRU terá ao dispor. Sem existir esta estratégia aprovada pela Câmara, a Câmara não pode realizar esse Protocolo com o IRU, por isso nós durante o ano de dois mil e dezanove em parceria com as IPSS`S do concelho e com as juntas de freguesia e com a empresa que foi contratada para nos dar assessoria seria nesse efeito, fizemos o levantamento e chegámos aos dados que constam do documento que todos têm ao dispor. Documento esse que nos diz tal como foi referido, que temos cerca de duzentos e oitenta e seis agregados familiares com carência habitacional, não quer dizer que não tenham casa, mas quer dizer que podem não ter casa, mas que também poderão ter, mas que não reúne as condições dignas para habitação. E é exatamente para atingir os fins daquilo que é o "Primeiro Direito" que esta estratégia foi criada e que todos aqueles projetos que têm sido levados a cabo, por parte do Município tem tido como linha orientadora este mesmo estudo que foi feito e que nos levou a identificar no concelho vários pontos para a criação de respostas habitacionais promovidas pelo Município, nomeadamente em Paderne, Rua Samora Barros, Mercado dos Caliços e Fontainhas com mais de cento e cinquenta fogos previstos. Além de todas as aquisições que o Município tem feito ao longo dos últimos dois, três anos e que levaram inclusive à realização do último concurso para a atribuição de oito fogos de renda convencionada. Agora aquilo que a estratégia diz, é que, não deve ser só o Município a fazer este esforço e a criar respostas para aí poder recorrer a esses incentivos do IRU, devem ser também os particulares, nomeadamente o terceiro setor, nomeadamente privados que possam conseguir ir a esses fundos, sejam eles individuais ou coletivos. E é nesse sentido que o estudo foi realizado e que nós neste momento estamos na parte de finalizar então o



acordo com o IRU para que essas medidas possam começar a ser aproveitadas não só pelo Município mas por todos aqueles interessados que reúnam condições para se candidatar. Se quiserem mais alguma explicação mais técnica eu pedia à Doutora Fátima Matos, que foi a nossa técnica da Ação Social que acompanhou todo o estudo, ela estará ao dispor para responder a qualquer questão mais técnica e menos política. Obrigada". -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Proposta de Ação 2020/2021 da Via Algarviana"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Bertílio Matias, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril, referente à "Proposta de Acordo Dominial, para integração do troço de estrada da EN395 entre o Km 57,100 e o Km 57,270 no domínio público rodoviário municipal de Albufeira e posterior assinatura do respetivo Acordo de Mutaçao Dominial"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Bertílio Matias, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Algarve-Programação Cultural em Rede" - Aviso - ALG-14-2020-15; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Bertílio Matias, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "PR4- Planalto do Escarpão: Itinerário Moinho do Cotovio e outros pontos de interpretação do Geoparque Algarvensis no território de Albufeira" integrada na operação READY - Recursos Endógenos e Desenvolvimento do Turismo Ativo - Aviso - ALG-28-2020-12; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Bertílio Matias, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à consulta prévia para "Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários, em Postos de Abastecimento Públicos e a Granel, em Portugal Continental e Remodelação do Posto de Abastecimento", pelo preço base de 1.505.600,00€ + IVA;-

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Isto é mais um comentário do que uma pergunta à Câmara. De facto este número mostra-nos que o petróleo e os combustíveis cada vez pesam mais nos



orçamentos e não só economicamente mas também em termos ambientais. E isto lembra-nos, este valor de um milhão e meio para combustíveis, lembra-nos que devemos pensar em avançar para uma frota elétrica e quanto mais depressa melhor. Em dois mil e trinta muitos países estão já a tentar proibir a venda de carros a combustíveis fósseis, e é um futuro que devemos alcançar. Obrigada". -----

Presidente da Câmara: "Obviamente, tem toda a razão. Mas naturalmente, ainda até que deixemos esses combustíveis fósseis ainda vai demorar algum tempo, e eu faço lembrar que a Câmara Municipal tem bastantes viaturas já, automóveis ligeiros movidos a eletricidade. Se temos já vários postos de carregamento elétrico espalhados pela cidade, temos um concurso de Recolha e Higiene Urbana e Recolha de Resíduos, como sabem, com as viaturas algumas delas mais ligeiras, vão ser elétricas obrigatoriamente e outras vão ser a gás natural o que é um pouco diferente, assim como a questão do Giro também. Portanto, naturalmente isso vai evoluindo e há de, um dia, qualquer e acontece isso que o Deputado Miguel disse que é; os países vão começar a deixar naturalmente de comercializar carros deste termo, mas entretanto acredito que seja um peso ainda muito grande, era bom que não fosse tão pesado, mas ainda é". -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Bertílio Matias, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Plano de Actividades de Educação Ambiental 2020/2021, pelo valor de 34.500,00€;-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Bertílio Matias, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 12 de Novembro de 2020 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____